

1. Introdução.

No final da década de 80 quem atuava no campo da Agricultura Familiar enfrentava diversos desafios. O primeiro desafio era de natureza epistemológica. Não se sabia o destino da Agricultura Familiar. Era o ano da queda do muro de Berlim, da mudança dos países socialistas do leste europeu, do final do governo Sarney onde a inflação alcançava níveis absurdos que estagnava a agricultura, na qual as famílias vendiam gado e propriedade para colocar o dinheiro na poupança, achando que a Poupança daria mais lucro do que o trabalho na agricultura. Depois de Sarney veio o governo de Collor de Melo que proibiu o resgate da Poupança.

O segundo desafio foi de natureza ética. As pessoas ligadas a Agricultura Familiar se perguntavam o que tinham a ver com o destino da Agricultura Familiar. Poderiam fazer alguma coisa para salvá-la? Teriam algum compromisso, alguma responsabilidade com o futuro da mesma? Ou abandonariam a procura de trabalhos mais seguros e consistentes? Os jovens, sobretudo, perguntavam por isso, iriam continuar ou sairiam para tentar outra área mais promissora?

O terceiro desafio foi de natureza prática ou pragmática. Se continuassem e se tivessem compromisso com o futuro da AF, de que forma poderiam fazer alguma coisa para melhorar? Teriam força, capacidade instalada, influência e liderança para criar outro perfil de AF? Em quais setores, com quais autores, agentes e atores sociais poderiam se juntar para garantir alguma coisa? Quais conhecimentos seriam necessários dominar? Quais valores precisavam ser cultivados? Quais relações deveriam ser criadas para um processo de mudança?

2. Novas convicções

Um grupo muito particular de pessoas fazia essas perguntas de uma forma muito existencial. Eram jovens recém formados nas escolas técnicas de agropecuária que queriam dar destino às suas vidas e não enxergavam caminhos na agricultura. Pensavam em mudar de ramo enquanto era cedo, enquanto eram

¹ . Filósofo, teólogo, educador, atual presidente do Serviço de Tecnologia Alternativa – SERTA.

jovens, para não se arrependarem depois. Pois, se a agricultura não motivava as pessoas em geral, muito menos os jovens.

Estavam desmotivados pela condução da política e da gestão pública da agricultura. Desestimulados pela escola que ao longo do estudo passavam a idéia para eles da agricultura como sinônimo de “cabo de enxada”, de um trabalho que não compensava, de ocupação para “matuto”, para jovem que ficou sem oportunidade na família, como castigo para os pobres. Os adolescentes alimentavam esperança que a aposentadoria dos pais ou avós daria condição para viver na cidade. Uma opção certa era deixar a roça, vender o sítio, comprar ou alugar uma casa na rua.

Assim, os membros mais jovens da família poderiam conquistar outras oportunidades de trabalho, de emprego, de estudo, pois a cidade apresentava-se como sonho de consumo na cultura, na mídia, no inconsciente coletivo. Outra alternativa era a família vir morar na cidade, os filhos estudarem e os velhos continuarem cuidando na roça. Pais e avós tinham mais apego à terra e com pouca ou nenhuma leitura não se empregariam na cidade. Iam para a roça alguns dias, ou permaneciam mais tempo, sobretudo, no inverno. Os filhos ficavam estudando ou trabalhando na rua.

A divisão social estabelecia-se dentro da própria casa, por um lado, os pais e irmãos mais velhos (leia-se os que não tinham muito estudo), representavam o atraso, o campo, a terra, o sítio, a propriedade, o trabalho pesado, braçal e manual! Cuidavam dos animais e do plantio, das fruteiras sempre com menos tempo e energia, uma vez que ficavam sem a contribuição dos filhos e até, às vezes, da própria esposa, que ficava na cidade cuidando da casa para os filhos estudarem ou trabalharem!

Por outro lado, os filhos, estudando, saindo de casa para a escola, fazendo novas amizades na rua, representando novas oportunidades, um futuro promissor, um emprego na prefeitura para a filha, formada em magistério, um emprego para o filho como servente na construção civil, outro para a mais nova no balcão da loja. Uma vez formados, poderiam encontrar novos e promissores rumos! Essa migração soava ainda para a família e a sociedade como uma promoção social. O inconsciente da família, dos amigos e vizinhos pensava assim:

A família de fulano, finalmente conseguiu vir para a cidade! Os filhos deixaram aquelas brenhas e agora estão no lugar de gente! Agora vai aparecer oportunidade

para esses meninos e essas moças! Estavam se perdendo num lugar esquisito daquele!

Os velhos teriam agora de trabalhar mais para dar futuro aos filhos. Os filhos teriam de estudar, pois o futuro só existe para quem estuda. Os filhos passam a escutar da avó, do pai, da mãe e, sobretudo, da escola, o famoso e tradicional estigma: Menino, estudas, se não, tu vás acabar feito teu pai e teu avô, no cabo da enxada! O menino escutava isso a seu respeito, escutava a respeito dos colegas, já havia escutado da família e termina assumindo como dogma, como norma cultural, como regra geral e introjeta no seu inconsciente para o resto da vida.

Esse estigma, castigo vem associado a uma série de outras idéias: agricultura ficou para quem não tem futuro, não tem chance nem oportunidade, para quem não sabe ousar, buscar melhoria de vida, trabalho para matuto que não sabe valorizar o preço dos seus produtos, para mão calejada; trabalho pesado que não é reconhecido, nem pago de acordo com o seu valor.

Pesquisar, investir intelectualmente, formar-se para voltar-se para o campo, para enfrentar seus desafios, para desenvolver os seus saberes, para afirmar sua cultura não é negócio para quem quer se promover! É preferível sempre investir em outros assuntos e temáticas, em algo mais moderno!

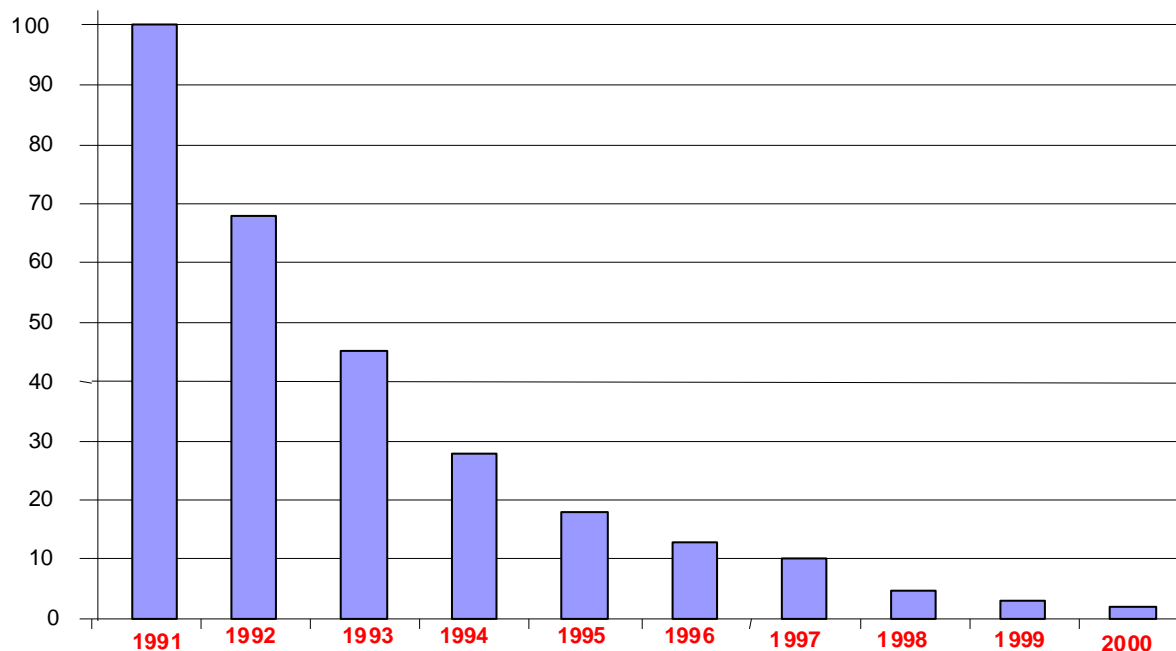
Retrato Econômico e Ambiental

Por outro lado, o retrato econômico e ambiental como que justificava essa maneira de olhar para a agricultura. As propriedades rurais abaixo de 10 hectares estavam empobrecendo-se em média 36% no Nordeste, segundo a apresentação de um pesquisador da Embrapa em um encontro sobre o semi-árido na época. Esse cenário representava uma queda violenta para as famílias, a cada ano era uma pessoa da família que abandonava a propriedade, ou um animal que se tirava do rebanho, uma roça que diminuía o espaço ou os tratos culturais.

Do ponto de vista ambiental, as propriedades estavam com solo enfraquecido, esterilizado pela compactação, pela erosão, pela exposição ao sol, à chuva e ao vento, com pouca cobertura vegetal. As fontes de água diminuindo seu potencial cada vez mais e a dificuldade de tirar o sustento da família cada vez aumentando. O cenário de médio e longo prazo cada vez mais agoureiro, renunciando mais pobreza no futuro. No semi-árido esse quadro ainda tinha o agravante da estiagem prolongada.

É evidente que esse quadro não estimulasse os jovens a continuar na agricultura se outras oportunidades se apresentavam em suas vidas. Era um barco furado, quanto mais cedo abandonado, maior a possibilidade de sobrevivência, daí muitas famílias virem para a cidade enquanto seus filhos ainda estão pequenos, para crescer já dentro de outras oportunidades que não a agricultura.

Haveria outras oportunidades para a Agricultura



A AF existente, de fato, não teria lugar para os jovens, não os motivava. Daí a conclusão de que para um jovem se envolver com a AF, só se fosse outra! Pois a que existia não encantava ninguém, muito menos jovens recém-formados. A busca não seria mais de querer desenvolver essa agricultura e sim de encontrar outro tipo, de reconstruí-la sobre outros parâmetros e paradigmas. Essa de fato é insustentável e está com seus dias contados.

Que modelo de agricultura interessaria aos jovens? Entre suas características básicas vislumbrava-se:

Uma agricultura que dignificasse o agricultor e a agricultora, na qual não tivessem acanhamento pelo fato de serem agricultores, onde andassem de cabeça erguida, auto-estimados com o que faziam.

Uma agricultura que favorecesse as leis da natureza, que estivesse sempre em sintonia com o meio ambiente, que não fosse predadora do meio ambiente, do solo, das águas.

Uma agricultura que proporcionasse renda, condição e qualidade de vida a quem trabalhe com ela.

Uma agricultura que utilizasse o conhecimento tradicional, técnico e científico, sempre interagindo um com o outro, valorizando a cultura, as tradições.

Uma agricultura sustentável e permanente, que soubesse usar todos os recursos biológicos, energéticos, humanos.

Existiria em algum lugar esse tipo de agricultura? Seria possível construí-la? Nossa cultura predadora e exploradora possibilitaria tal invenção? Não seria ingenuidade demasiada pensar dessa forma para uma realidade que há mais de 500 anos foi considerada estigma, não rentável, assumida por pobres, analfabetos? Não seria um idealismo ingênuo pensar assim quando os interesses do capitalismo têm sido tão marcantes? Não seria um saudosismo romântico ou messianismo fanático?

Para um tipo de olhar não restava dúvida tratar-se de um projeto fadado ao fracasso. Para outro, seria uma semente nova, uma idéia inovadora, um exercício de cidadania coerente. Possivelmente, só jovens protagonistas de um futuro novo poderiam sonhar com outra realidade. Dos trabalhos do campo das ong, dos movimentos sociais, das pastorais da década de 80 e 90 surgiram pessoas que passaram a pesquisar e se empenhar por esse novo tipo de agricultura. Apareceu como viável, deu sinais de pujança. No início era a voz isolada de um, de outro, que foi se somando, criando força, organizando instâncias, entidades e chamando a atenção. I e impulsionadora desse debate.

O papel da cultura, da educação e da escola nessa conjuntura. Se por um lado a prática concreta com as comunidades animava os técnicos e os agricultores com os sucessos e os resultados, por outro, o sonho aparecia ameaçado. E o que era pior! A ameaça vinha por parte das escolas. Perceberam a escola exercendo um papel contrário a tudo o que desejavam. A escola reproduzia de forma eficiente os preconceitos culturais contra a agricultura. Preparava os jovens para saírem do campo, viver na cidade, como se o campo representasse a falta de oportunidade e a cidade a presença de oportunidade. Se quisessem ser alguém, se promover, virar gente de bem, teriam que estudar “para não ficar no cabo da enxada feito seus pais e avós”. Teriam de seguir o exemplo dos que saíram em busca de oportunidades melhores.

Mais uma tarefa pesada caiu sobre os ombros de quem queria mudar a agricultura. Agora era para mudar a escola, pois com essa escola que estava no campo não se poderia mudar a agricultura. Para mudar a agricultura, teria que mudar a educação e a escola. Começaram a emergir desde 1994 experiências bem sucedidas de Educação do Campo. A entidade Sertão – Serviço de Tecnologia Alternativa, de Pernambuco, criou uma Proposta Educacional de Apoio ao Desenvolvimento Sustentável que atendia a essas perspectivas. Com a publicação em 2002 das Diretrizes Operacionais da Educação Básica para as Escolas do Campo e a II Conferência Nacional de Educação do Campo em 2004, criou-se o clima para uma nova política pública de educação do campo.

Em todas as iniciativas de Educação do Campo e de reconstrução da AF, a Agroecologia e outras vertentes afins (agricultura orgânica, permacultura...) apresentam-se como matriz inspiradora das ações e do currículo. Passa a ser não somente uma nova disciplina e sim uma filosofia, uma nova concepção de mundo, de pessoa, de história, de natureza, de desenvolvimento. Passa a construir novos valores e relações entre pessoa e natureza, entre agricultor e consumidor. Passa a ser uma nova forma de pensar a política e a gestão pública, de repensar os programas e projetos para o campo. Passa a ser uma maneira totalmente diferente de olhar para o campo da que o IBGE olhava.

Trata, portanto, de novos paradigmas, na concepção de Thomas Kun, um novo sistema de valores a inspirar o apoio das instituições de cooperação internacional ao desenvolvimento.